

GRANDE ASSEMBLEIA DE DIRIGENTES E ACTIVISTAS SINDICAIS
1 de Outubro – Aula Magna, Lisboa

MOÇÃO

CGTP-IN – 40 ANOS
Marcando o tempo com a luta de quem trabalha
Construindo futuro

1. CGTP-IN, uma conquista dos trabalhadores, um importante instrumento da sua acção e da transformação social e política do país.

A Intersindical Nacional nasceu, em 01 de Outubro de 1970, da intervenção e da luta abnegada das trabalhadoras e trabalhadores portugueses pelos seus interesses e direitos e da acção organizada de sindicalistas esclarecidos e determinados na afirmação de um sindicalismo transformador, no combate ao fascismo e na construção da democracia.

A CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional), pela sua natureza como organização de classe, pelos princípios e objectivos programáticos por que se orienta, pela acção desenvolvida ao serviço dos trabalhadores e do país, pelos valores internacionalistas que defende e pratica, reivindica, justamente, o título de herdeira e continuadora das melhores tradições do movimento operário e sindical português, da sua longa e heróica luta contra a exploração, pelo direito dos trabalhadores a serem senhores dos seus destinos, pela construção de um Portugal verdadeiramente soberano e independente em que a democracia, a justiça social e o progresso sejam uma realidade em toda a sua plenitude.

Essa experiência histórica demonstra, de forma inequívoca, que as justas aspirações e reivindicações dos trabalhadores conquistam-se lutando e intervindo de forma organizada e constante. De igual modo, torna evidente a necessidade de uma acção e intervenção permanentes para defender e ampliar essas conquistas que, alcançadas pela luta e com muitos sacrifícios, o patronato, com a sua natureza exploradora e apoiado em poderes políticos que o suportam, procura sempre liquidar. Defendem-se, ainda, combatendo o divisionismo e lutando pela unidade sindical, construída com os valores e as práticas democráticas e unitárias que marcam a Intersindical desde a sua origem. A unidade sindical, sempre com forte sentido de acção, constitui-se como uma das condições fundamentais para o êxito da luta.

As lutas dos trabalhadores – nas suas formas e objectivos – e conseqüentemente a acção do movimento sindical, como sua expressão organizada e dirigente, não são intemporais. Elas são sempre determinadas pelas condições concretas de cada momento, pelas etapas de desenvolvimento social, pelas correlações de forças que se vão construindo, pela ofensiva mais ou menos intensa do patronato, pelos níveis de organização e consciência dos trabalhadores, pela sua preparação e disposição para a luta, pelos seus direitos e interesses imediatos, mas também pela existência de projectos políticos mais gerais, que tenham como objectivo a construção de *"uma Democracia política, económica, social e cultural em que se conjugam o respeito pelos Direitos Humanos com evolução sustentada em todas as dimensões da vida humana, na valorização do trabalho e na dignificação dos trabalhadores (...) na perspectiva histórica da edificação de uma sociedade sem classes"*.

Toda a actividade e intervenção da CGTP-IN, a sua força e a sua dinâmica, granjeada ao longo dos seus 40 anos de existência – quer se tenha tratado de intervenções do dia-a-dia em torno das situações concretas vividas nos locais de trabalho, quer na afirmação e luta pela conquista de direitos laborais e sociais, quer ainda, de pequenas movimentações de massas ou de grandes lutas ofensivas ou defensivas – têm assentado na participação activa e empenhada dos trabalhadores, na sua identificação com os interesses do país, das massas populares e com a luta dos povos de todo o mundo contra a opressão e pelo progresso social.

A CGTP-IN não é nenhuma construção política feita do exterior para o seio dos trabalhadores. A CGTP-IN (Intersindical) nasceu de baixo para cima, ou seja, da organização e acção dos trabalhadores, a partir dos locais de trabalho. De dentro para fora porque, também, alargando a influência da acção e luta desenvolvidas em cada local de trabalho, empresa ou sector de actividade para os outros, e trazendo os problemas vividos no espaço de trabalho para o debate e a acção da sociedade.

A CGTP-IN (Intersindical) foi um extraordinário instrumento de intervenção e luta dos trabalhadores portugueses que lhes permitiu grandes ganhos, nos tempos do fascismo para cujo derrube contribuiu, no processo revolucionário, na construção e no caminhar do Portugal Democrático. Ganharam os trabalhadores, ganhou o povo português, ganhou a democracia, ganhou o país no seu processo de desenvolvimento. Com os ensinamentos do passado, com esperança e confiança, com acção determinada dos seus activistas, a CGTP-IN será capaz de encarar, com êxito, os desafios do futuro. Seguindo os seus princípios e objectivos programáticos, mantendo e revitalizando as práticas que lhe deram dimensão e prestígio, este enorme colectivo de trabalhadoras e trabalhadores que a constitui, alcançará esse êxito.

Ao comemorar-se os 40 anos de vida da CGTP-IN, os trabalhadores portugueses, dirigentes, delegados e activistas sindicais devem sentir-se orgulhosos da Central Sindical que têm, e estimulados a defendê-la e a reforçá-la para que ela, sempre sustentada e concretizada com a participação efectiva dos trabalhadores, prossiga a luta pela afirmação e defesa dos seus direitos e interesses e pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna, sem exploração do Homem pelo Homem.

2. A CGTP-IN perante políticas injustas e ausência de estratégia de desenvolvimento

Os trabalhadores e grande parte do povo português vivem dificuldades crescentes que têm causas e responsáveis.

O momento difícil actual tem como elementos centrais a grave crise de emprego e a redução progressiva da retribuição do trabalho. Convém assinalar que o elevado desemprego não resulta apenas da crise económica. O nosso nível de vida está a baixar em relação aos países da UE; vivemos há quase uma década com um baixo crescimento; o nosso tecido produtivo definha e há empresas a deslocalizarem-se; a produção nacional é, cada vez mais, substituída por importações; a Administração Pública é depauperada e sofre uma hemorragia de quadros e trabalhadores qualificados num processo de ataque do capital ao papel do Estado e aos fundos públicos, associado a cortes contínuos, designadamente, na protecção social e nos direitos sociais fundamentais.

A perda de confiança no futuro constitui uma das marcas mais dramáticas do nosso presente. O país definha e declina economicamente, porque não há um projecto mobilizador da sociedade para assegurar o desenvolvimento. Há mais de uma década que se reconhece que o nosso modelo de crescimento, baseado em mão-de-obra barata, não tem viabilidade, sobretudo no contexto de uma economia globalizada. Mas o que vemos é uma acção convergente do patronato e do Governo para supostamente se ganhar competitividade à custa dos salários; para impor baixos salários por via da precarização; para procurar boicotar a actualização para 500 euros do Salário Mínimo Nacional em 01 de Janeiro de 2011; para forçar os desempregados a aceitarem empregos de má qualidade e sem direitos.

Este modelo conduziu ao elevado endividamento externo devido à enorme fragilidade do sector produtivo, traduzida num persistente défice da balança comercial. Só com uma política orientada para a revitalização do aparelho produtivo, em particular a necessidade da reindustrialização de modo a substituir importações, é possível inverter este quadro.

É necessária uma **estratégia de desenvolvimento** que estruture a capacidade de produzir riqueza nos mais diversos sectores de actividade, são necessárias políticas que distribuam a riqueza com mais justiça. Com participação e responsabilização é possível mobilizar e será possível devolver confiança aos trabalhadores e à população em geral; dinamizar a produção material de bens e serviços úteis ao progresso da sociedade; criar emprego; melhorar as condições de vida; tornar a sociedade menos desigual, mais justa e mais coesa.

3. Uma ignóbil campanha de exigência de sacrifícios aos mais pobres

A actual política de redução do défice, pelo prazo excessivamente curto e pelas medidas que comporta, aliena o desenvolvimento, condiciona a criação de emprego e faz recair, de novo e de forma injusta, a maioria dos sacrifícios sobre os trabalhadores e camadas desfavorecidas da população.

É uma política profundamente errada, que não resolve os problemas de fundo porque estes radicam, em primeiro lugar, no enfraquecimento do aparelho produtivo. A uma fase de sacrifícios segue-se outra; foi o PEC1, depois o PEC2. Faz-se agora uma autêntica lavagem ao cérebro do comum dos cidadãos, com o objectivo de criar condições para novas medidas de austeridade que hão-de incorporar um Orçamento de Estado que será propagandeado como Orçamento de rigor. Esta campanha é promovida por poderosos interesses que não são beliscados e por pessoas com privilégios que nunca são tocadas, nem responsabilizadas.

Somos um país com uma estrutura social cada vez mais dualizada. Temos mais de metade das famílias a viver com menos de 900 euros por mês; 20% dos trabalhadores com baixos salários; 890 mil assalariados sem contratos permanentes; 38% de jovens com contratos com termo; oficialmente cerca de 600 mil desempregados, dos quais 1/3 sem prestações; mais de metade dos desempregados com uma prestação de desemprego igual ou inferior ao limiar de pobreza; 370 mil pessoas com o rendimento social de inserção; muito mais de 1 milhão de reformados com pensões mínimas ou sociais; perto de 2 milhões de pobres.

Do outro lado temos uma pequena fracção da população com rendimentos indecentemente altos, com forte influência política e elevada capacidade para fugir ao pagamento de impostos; uma fortíssima concentração de riqueza; consumos de natureza ostentatória; elevado volume de dinheiro colocado em paraísos fiscais; uma elevada percentagem de empresas que não paga IRC; uma forte incidência de economia clandestina.

A actual política de redução do défice não só não responde aos problemas do país, como agrava as desigualdades. É possível reduzir o défice das contas públicas com uma política diferente, que não ponha em causa o desenvolvimento, única forma de criar empregos e melhorar o nível de gestão; que corte na despesa, eliminando desperdícios e gastos desnecessários, sem deixar de salvaguardar a despesa social; que se aumentem as receitas do Estado, o que exige fazer pagar impostos a quem o não faz, o combate à fraude e evasão fiscal e contributiva, a eliminação de benefícios fiscais socialmente injustos e exige também fazer recair os aumentos de impostos sobre os grupos e camadas sociais com maior rendimento e riqueza, que não vêm contribuindo ou contribuem muito pouco para o Orçamento de Estado.

O país precisa de políticas diferentes; de políticas que conciliem medidas ajustadas para a redução do défice das contas públicas com a definição e implementação imperiosa de medidas de crescimento económico, de criação de emprego e de desenvolvimento com a justiça social.

A direita faz hoje intensa demagogia com a não subida dos impostos e com a redução da despesa. O objectivo é pôr toda a pressão do lado da despesa com o claro propósito de cortar na despesa social e nos salários, desde logo nos salários dos trabalhadores da Administração Pública, e de, ao mesmo tempo, perpetuar injustiças fiscais, protegendo os sectores de rendimentos mais elevados.

4. Propostas da CGTP-IN para o progresso da sociedade portuguesa. Prioridades

O país precisa de fazer crescer o **emprego**, porque sem mais e melhor emprego não há forma séria de diminuir o insustentável nível de desemprego, sobretudo dos desempregados de longa duração, que são hoje a maioria. Face a um tecido produtivo fragilizado, precisamos, imperiosamente, de melhorar a base produtiva nacional, a partir das nossas realidades e capacidades concretas, em cada sector de actividade, como condição para a criação e sustentação de emprego e para a melhoria das condições de vida; precisamos de emprego de qualidade, com direitos, com mais elevadas qualificações e com medidas de combate à precariedade. Só com uma política de emprego sustentada nestes objectivos poderemos apostar seriamente na melhoria da produtividade e garantir progresso social.

É preciso lutar pela melhoria dos salários. A criação e história da Intersindical, da CGTP-IN, está ligada à história da criação e luta por um salário mínimo justo e pela melhoria geral dos salários. Travamos hoje uma luta pelo cumprimento do que, em Dezembro de 2006, os sindicatos, o patronato e o Governo acordaram, no sentido de termos no início do próximo ano o **Salário Mínimo Nacional de 500 euros**. O salário mínimo não é para a CGTP-IN negociável ou fruto de novas concessões ao patronato.

A luta pelo salário mínimo não é dissociável da actualização dos salários. Esta actualização não é apenas justa como condição para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e para combater a pobreza. É-o também porque o **crescimento dos salários** é um imperativo nacional para: (i) assegurar uma mais justa distribuição da riqueza; (ii) estimular o mercado interno e a actividade económica; (iii) criar emprego e valorizá-lo.

É preciso lutar pela contratação colectiva, e também aqui temos uma referência à criação da Intersindical, pois o direito de **contratação colectiva** foi um dos factores que estiveram na origem das reuniões Intersindicais. Esta prioridade do passado também é prioridade do presente, porque o Código de Trabalho viola princípios e direitos consagrados na Constituição República Portuguesa, a qual consagra a contratação colectiva como um direito colectivo fundamental atribuído aos sindicatos. A possibilidade de uma empresa ou associação patronal poder fazer cessar um contrato através do boicote à negociação é absolutamente inadmissível.

É primordial a luta pela melhoria da **protecção social**, tanto da população economicamente inactiva, incluindo os reformados, como dos activos. Lutamos pela melhoria da protecção social no desemprego, que constitui uma prioridade, atendendo à grave crise de emprego, ao elevado número de desempregados sem prestações de desemprego e ao agravamento da legislação sobre o regime de protecção no desemprego.

Nos 40 anos da CGTP-IN, lutámos por um Portugal melhor. Um Portugal melhor, com mais justiça e menos desigualdades sociais.

5. Os compromissos de luta para cumprirmos os nossos objectivos prioritários

Esta Grande Assembleia de Dirigentes e Activistas Sindicais, tendo presente o quadro político, económico e social que o país vive, o que se perspectiva com as medidas agora anunciadas pelo Governo, com o Orçamento de Estado em preparação, e assumindo a responsabilidade que cabe à CGTP-IN na afirmação das propostas e caminhos alternativos aqui enunciados, toma toda a sua experiência e êxitos dos 40 anos de vida que hoje completa, para concretizar empenhadamente as decisões apresentadas pelo Conselho Nacional:

1. Manifestar toda a disponibilidade e um forte empenho no prosseguimento e intensificação da luta sindical a partir dos locais de trabalho, trazendo à participação os trabalhadores e as trabalhadoras de todos os sectores de actividade, com vínculo efectivo ou precário, com e sem filiação sindical, numa determinada acção e luta pela resolução dos seus problemas e por uma nova política para o país, que assegure o desenvolvimento económico e social e a valorização do trabalho;
2. Trabalhar o alargamento da unidade na acção, dando particular atenção a camadas da população como os jovens, os desempregados e os pensionistas, por forma a que todos mantenham e afirmem esperança e confiança no futuro e se libertem dos espalhos de exploração a que estão sujeitos;
3. Tornando por base o conteúdo da "Política Reivindicativa da CGTP-IN para 2011", já apresentada ao Governo, e as propostas formuladas pela Central junto do Governo e de todos os parceiros sociais em sede de Concertação Social, no âmbito da discussão do designado "Pacto para o Emprego", rejeitando as medidas ontem anunciadas pelo Governo, sistematizar conteúdos fundamentais e objectivos concretos que consideramos imprescindíveis para os trabalhadores e, acima de tudo, imperiosos para se encontrarem caminhos alternativos às políticas que estão a conduzir o país para o abismo. A CGTP-IN apresenta de imediato ao Governo esta proposta, com vista a um processo negocial que se deve iniciar no mais curto espaço de tempo possível.

4. Desenvolver uma intensa acção de esclarecimento e mobilização, com iniciativas disseminadas pelo país, em torno dos problemas concretos e das causas que nos levam à luta, em particular, as questões relativas aos apoios sociais, à protecção dos desempregados, à defesa de actualização do SMN, às políticas de saúde e da educação, aos problemas do Poder Local Democrático.
5. Propor aos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país a realização, a 24 de Novembro, de uma greve geral, procedendo-se de imediato, e até 14 de Outubro, à realização de reuniões e plenários e outras formas de consulta aos activistas sindicais e aos trabalhadores, nos locais de trabalho, para auscultação, confirmação e responsabilização inerentes à concretização desta luta com êxito;
6. Com sentido de solidariedade e respeito recíproco, propor uma forte unidade na acção a todas as organizações sindicais que manifestem preocupação com os problemas com que os trabalhadores e o país se deparam e disponibilidade para lhes dar combate em acções sectoriais bem como na greve geral, afirmando caminhos alternativos justos e de futuro;
7. Reunir o CN no dia 15 de Outubro. Esse CN deve reafirmar a greve geral, apurar os objectivos, os temas centrais, os contornos e formas definitivas da sua realização, à luz da discussão e compromissos entretanto assumidos pelos activistas e colectivos de trabalhadores nos locais de trabalho, da leitura dos conteúdos e propostas do Orçamento de Estado, de outras medidas adoptadas pelo Governo e das suas respostas às propostas da CGTP-IN, bem como, das posições que o patronato vá assumindo, desde logo, em relação ao SMN, à negociação colectiva e a direitos fundamentais dos trabalhadores.

Lisboa, 1 de Outubro de 2010